



## **Bela Vista Geração de Energia S.A.**

CNPJ nº 32.116.582/0001-62

Subsidiária Integral da Copel Geração e Transmissão S.A.

[www.copel.com](http://www.copel.com)    [copel@copel.com](mailto:copel@copel.com)

Rua Coronel Dulcídio, 800 - Curitiba - PR

CEP 80420-170

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## **2021**

## SUMÁRIO

<b>RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO .....</b>	<b>3</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>6</b>
Balancos Patrimoniais .....	6
Demonstrações de Resultados .....	7
Demonstrações de Resultados Abrangentes .....	7
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido .....	8
Demonstrações dos Fluxos de Caixa .....	9
<b>NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>10</b>
1 Contexto Operacional.....	10
2 Base de Preparação.....	11
3 Principais Políticas Contábeis .....	12
4 Caixa e Equivalentes de Caixa .....	17
5 Clientes.....	17
6 Imobilizado.....	17
7 Intangível .....	19
8 Obrigações Sociais e Trabalhistas .....	19
9 Fornecedores.....	19
10 Outras Obrigações Fiscais .....	19
11 Provisões para Litígios e Passivos Contingentes .....	19
12 Patrimônio Líquido .....	20
13 Receita Operacional Líquida .....	20
14 Custos e Despesas Operacionais .....	20
15 Resultado Financeiro .....	21
16 Imposto de renda e contribuição social .....	21
17 Instrumentos Financeiros .....	22
18 Transações com Partes Relacionadas .....	23
19 Seguros.....	23
20 Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa .....	24
<b>RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE.....</b>	<b>25</b>
<b>PARECER DO CONSELHO FISCAL .....</b>	<b>28</b>

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

### **À ACIONISTA**

A Administração da Bela Vista Geração de Energia S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício de 2021, bem como o Relatório dos Auditores Independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição da acionista, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

### **1. A COMPANHIA**

A Bela Vista Geração de Energia S.A. (Bela Vista, Companhia) foi constituída em 06.11.2018, nos termos de seu Estatuto Social, e destina-se à geração de energia elétrica. Tem a Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) como única acionista. Por sua vez, a Copel GeT é controlada pela Companhia Paranaense de Energia (Copel ou Controladora).

O empreendimento, com 29,81 MW de capacidade instalada e garantia física de 18,61 MW médios, contempla uma Pequena Central Hidrelétrica localizada - PCH construída no Rio Chopim, nos municípios de São João e Verê, localizados no sudoeste do estado do Paraná.

A PCH Bela Vista começou a operar no primeiro semestre de 2021 e a energia produzida é encaminhada para o sistema através de uma linha de distribuição de alta-tensão de 138 mil Volts (kV) até a subestação da Copel DIS em Dois Vizinhos, também no Sudoeste, numa extensão de 18,4 km.

O empreendimento possui baixo impacto ambiental com reservatório de 2,85 km<sup>2</sup> (284,88 ha) para o nível de água máximo normal, sendo que desta área, aproximadamente 1,77 km<sup>2</sup> (177,33 ha) pertencem à calha natural do rio Chopim, resultando em uma área efetivamente alagada de 1,08 km<sup>2</sup> (108 ha), ou seja, um incremento de área molhada de apenas 38%, aproximadamente, em relação à situação original.

A obra beneficia cerca de 100 mil consumidores com energia elétrica, reforçando a disponibilidade de energia do parque gerador da Copel. Adicionalmente, durante a implantação da usina, foi construída uma ponte rodoviária de 200 metros sobre o rio Chopim como contrapartida para a comunidade do entorno, contribuindo para melhorar o escoamento da produção agrícola entre São João e Verê.

**2. DESEMPENHO OPERACIONAL**

	2021	2020	variação %
<b>Indicadores Contábeis</b>			
Ativo total	228.131	220.538	3,4
Caixa e equivalentes de caixa	5.459	16.738	(67,4)
Receita operacional bruta	17.229	-	-
Deduções da receita	629	-	-
Receita operacional líquida	16.600	-	-
Custos e despesas operacionais	19.310	614	3.045,0
Resultado das atividades	(2.710)	(614)	341,4
Ebitda ou Lajida	3.548	(606)	(685,5)
Resultado financeiro	140	514	(72,8)
IRPJ/CSLL	555	151	267,5
Lucro operacional	(2.570)	(100)	2.470,0
Prejuízo do exercício	(3.125)	(251)	1.145,0
Patrimônio líquido	220.651	208.911	5,6
<b>Indicadores Econômico-Financeiros</b>			
Liquidez corrente (índice)	2,0	1,7	17,6
Liquidez geral (índice)	1,0	1,4	(28,6)
Margem do Ebitda ou Lajida (Ebitda ou lajida/receita operacional líquida) (%)	21,4	-	-
Margem operacional (lucro operacional/receita operacional líquida) (%)	(15,5)	-	-
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	(18,8)	-	-
Participação de capital de terceiros (%)	3,3	5,3	(37,7)
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) <sup>(1)</sup>	(1,5)	(0,4)	275,0

<sup>(1)</sup> LL ÷ (PL inicial)

Curitiba, 08 de abril de 2022.

Roberto Werneck Seara

Diretor Executivo

## COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente do Conselho MARCIO RAPHAEL PLOSZAJ  
Membros JUAREZ RIBAS TEIXEIRA JUNIOR  
THAIS CERCAL DALMINA LOSSO  
MARCIO LUIS BLOOT  
CRISTINA KAKAWA  
MILTON FRANCISCO DOS SANTOS JUNIOR  
ITAMAR PINTO PAZ

### CONSELHO FISCAL

Presidente do Conselho ROBERTO MARCHIORO JUNIOR  
Membros Titulares KLEBERSON LUIZ DA SILVA  
LUIZ HENRIQUE DE MELLO  
WALTER GUANDALINI JUNIOR

Membros Suplentes ANA CLARA SOLIS DE FIGUEIREDO MORRISSY  
LILIAN RENATA DE ANDRADE  
ALFONSO SCHMITT  
ANGELA BEATRIZ ALCAIDE

### DIRETORIA

Diretor Executivo ROBERTO WERNECK SEARA  
Diretor Administrativo-Financeiro NILTON MORETTI DOS SANTOS

### CONTADOR

CRC-PR-043819/0-0 RONALDO BOSCO SOARES

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Balanços Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2021	31.12.2020
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.459	16.738
Clientes	5	2.140	-
Outros créditos		1	-
Imposto de renda e contribuição social		10	24
Outros tributos a recuperar		10	-
Despesas antecipadas		35	10
		<b>7.655</b>	<b>16.772</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
<b>Realizável a Longo Prazo</b>			
Outros tributos a recuperar		22	-
		<b>22</b>	<b>-</b>
Imobilizado	6	214.720	198.299
Intangível	7	5.734	5.467
		<b>220.476</b>	<b>203.766</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>228.131</b>	<b>220.538</b>
PASSIVO	NE nº	31.12.2021	31.12.2020
<b>CIRCULANTE</b>			
Obrigações sociais e trabalhistas	8	127	18
Partes relacionadas		101	109
Fornecedores	9	3.239	8.891
Imposto de renda e contribuição social		251	7
Outras obrigações fiscais	10	145	579
Dividendos a pagar		51	51
		<b>3.914</b>	<b>9.655</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		9	20
Provisões para litígios	11	3.557	1.952
		<b>3.566</b>	<b>1.972</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	12.1	223.862	194.062
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	14.935
Prejuízos acumulados		(3.211)	(86)
		<b>220.651</b>	<b>208.911</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>228.131</b>	<b>220.538</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstrações de Resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Valores expressos em milhares de reais

	NE nº	31.12.2021	31.12.2020
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	13	<b>16.600</b>	-
Custos Operacionais	14	(16.929)	-
<b>PREJUÍZO OPERACIONAL BRUTO</b>		<b>(329)</b>	-
<b>Despesas Operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas	14	(2.381)	(614)
		<b>(2.381)</b>	<b>(614)</b>
<b>PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS</b>		<b>(2.710)</b>	<b>(614)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	15		
Receitas financeiras		142	524
Despesas financeiras		(2)	(10)
		<b>140</b>	<b>514</b>
<b>PREJUÍZO OPERACIONAL</b>		<b>(2.570)</b>	<b>(100)</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	16		
Imposto de renda e contribuição social		(566)	(134)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		11	(17)
		<b>(555)</b>	<b>(151)</b>
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(3.125)</b>	<b>(251)</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstrações de Resultados Abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

em milhares de reais

	31.12.2021	31.12.2020
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(3.125)</b>	<b>(251)</b>
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>(3.125)</b>	<b>(251)</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**  
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020  
 em milhares de reais

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
 ( Valores expressos em milhares de reais )

	NE nº	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldo em 1º.01.2020</b>		<b>67.738</b>	-	<b>11</b>	<b>154</b>	-	<b>67.903</b>
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(251)	(251)
Recebimento de adiantamento		-	126.468	-	-	-	126.468
Aumento de capital	12.1	126.324	(111.533)	-	-	-	14.791
Absorção de prejuízo		-	-	(11)	(154)	165	
<b>Saldo em 31.12.2020</b>		<b>194.062</b>	<b>14.935</b>	-	-	<b>(86)</b>	<b>208.911</b>
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(3.125)	(3.125)
Recebimento de adiantamento		-	14.865	-	-	-	14.865
Aumento de capital	12.1	29.800	(29.800)	-	-	-	-
<b>Saldo em 31.12.2021</b>		<b>223.862</b>	-	-	-	<b>(3.211)</b>	<b>220.651</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações dos Fluxos de Caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

em milhares de reais

	NE nº	31.12.2021	31.12.2020
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Prejuízo do exercício		(3.125)	(251)
<b>Ajustes para a reconciliação do prejuízo do exercício com a geração (utilização) de caixa das atividades operacionais</b>			
Depreciação e amortização		6.258	8
Imposto de renda e contribuição social		566	134
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(11)	17
		<b>3.688</b>	<b>(92)</b>
<b>Redução (aumento) dos ativos</b>			
Clientes		(2.140)	-
Outros créditos		(1)	-
Imposto de renda e contribuição social		14	(20)
Outros tributos a recuperar		(32)	-
Despesas antecipadas		(25)	(10)
		<b>(2.184)</b>	<b>(30)</b>
<b>Aumento (redução) dos passivos</b>			
Obrigações sociais e trabalhistas		109	15
Partes relacionadas		(8)	109
Fornecedores		5.255	(3.429)
Outras obrigações fiscais		(434)	(166)
Outras contas a pagar		-	(4.868)
Provisões para litígios		1.605	1.952
		<b>6.527</b>	<b>(6.387)</b>
<b>CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>8.031</b>	<b>(6.509)</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(322)	(165)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>7.709</b>	<b>(6.674)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Aquisições de imobilizado		(33.501)	(102.546)
Aquisições de intangível	7.1	(352)	(5.430)
<b>CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		<b>(33.853)</b>	<b>(107.976)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital	12.1	14.865	126.468
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		<b>14.865</b>	<b>126.468</b>
<b>TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>(11.279)</b>	<b>11.818</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	16.738	4.920
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	5.459	16.738
<b>VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>(11.279)</b>	<b>11.818</b>

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

em 31 de dezembro de 2021

em milhares de reais

### **1 Contexto Operacional**

A Bela Vista Geração de Energia S.A. (Bela Vista), inscrita no CNPJ sob o nº 32.116.582/0001-62, com sede na Rua Coronel Dulcídio 800, Batel, Curitiba - PR, CEP 80.420-170, foi constituída, nos termos de seu Estatuto Social, como sociedade anônima de capital fechado, em 06.11.2018. Tem como objeto social a exploração da Pequena Central Hidrelétrica - PCH Bela Vista, bem como a geração, conexão com o sistema elétrico e comercialização da energia gerada a partir da exploração desse empreendimento hidrelétrico localizado no Rio Chopim, Estado do Paraná, por meio da REA nº 7802/2019 com prazo final da concessão em 02.01.2041.

A PCH Bela Vista tem 29,81 MW de capacidade instalada e garantia física de 18,4 MW médios. A participação no leilão A-6 realizado em 31.08.2018 vendeu 14,7 MW médios em contratos regulados ao preço original de R\$ 195,70/MWh. O contrato de venda de energia tem início de suprimento em 1º.01.2024, prazo de 30 anos e reajuste anual pelo IPCA. As obras tiveram seu início no mês de agosto de 2019 e a entrada em operação comercial das três primeiras unidades geradoras ocorreu em 12.06.2021, 12.07.2021 e 15.08.2021. A entrada em operação comercial da quarta unidade está prevista para o primeiro semestre de 2022.

#### **a) Pandemia do coronavírus (Covid-19) e seus impactos**

A partir de março de 2020, após a atribuição do status de pandemia ao coronavírus pela Organização Mundial de Saúde - OMS, tendo em vista a disseminação das contaminações pelo mundo, a Administração da Copel emitiu normas que visam garantir o cumprimento das medidas para conter a disseminação da doença na Companhia e minimizar seus impactos e potenciais impactos nas áreas administrativas, de operações e econômico-financeiras.

Nessa linha, a Copel estabeleceu uma Comissão de Contingência, com objetivo de monitorar e mitigar os impactos e consequências nas principais atividades da Companhia, com base nos 4 pilares definidos: (i) segurança das pessoas, (ii) continuidade das atividades essenciais, (iii) monitoramento das orientações e exigências dos órgãos reguladores, e (iv) preservação das condições financeiras adequadas para suportar a crise.

A queda no crescimento e recessão em alguns segmentos empresariais, resultante da suspensão de certos negócios e atividades causada pelo surto de coronavírus, vem afetando a performance da economia brasileira. Com o objetivo de mitigar os impactos e consequências nas principais atividades, a Companhia vem monitorando constantemente seus contratos, bem como as negociações com o Órgão Regulador do setor elétrico brasileiro para a implementação de diretrizes que garantam a manutenção da sustentabilidade econômico-financeira de toda a cadeia de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica.

Não houve impacto relevante ou material nos negócios da Companhia que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos apresentados nas demonstrações financeiras em 31.12.2021 e até a data desta publicação. No entanto, considerando que, como todas as empresas, a Bela Vista está exposta a riscos decorrentes de eventuais restrições legais e de mercado que venham a ser impostas, não é possível assegurar que não haverá impactos nas operações ou que o resultado não será afetado por reflexos futuros que a pandemia poderá provocar.

## **2 Base de Preparação**

### **2.1 Base de Elaboração**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas na gestão.

A Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 08.04.2022.

### **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.3 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

### **2.4 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

#### 2.4.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia, exceto aqueles que envolvem estimativas, estão incluídas na NE nº 3.1 - Instrumentos financeiros.

#### 2.4.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas que podem levar a ajustes significativos aos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs nºs 3.2 e 6 - Imobilizado;
- NEs nºs 3.3 e 6 - Redução ao valor recuperável de ativos;
- NEs nºs 3.4 e 7 - Intangível;
- NEs nºs 3.5 e 11 - Provisões para Litígios e Passivos Contingentes.
- NE nº 3.6 - Reconhecimento da Receita
- NE nº 3.7 - Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia
- NEs nºs 3.8 e 16 - Imposto de renda e contribuição social;

#### **2.5 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional**

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individualmente ou coletivamente, podem levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. A Companhia conta com o suporte financeiro de sua Controladora.

### **3 Principais Políticas Contábeis**

#### **3.1 Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, nem opera com instrumentos financeiros derivativos.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

### 3.1.1 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

### 3.1.2 Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

### 3.1.3 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

## **3.2 Imobilizado**

Os bens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que lhe são atribuíveis.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitados ao prazo da autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros.

### **3.3 Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment***

Os ativos são avaliados para identificar evidências de desvalorização.

#### **3.3.1 Ativos financeiros**

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes. Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes são agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito e nos dias de atraso.

#### **3.3.2 Ativos não financeiros**

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado para a análise de possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras; em caso de reversão de perda de exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

### **3.4 Intangível**

Ativo composto por softwares adquiridos de terceiros ou gerados internamente, mensurados pelo custo total de aquisição diminuído das despesas de amortização pelo prazo de cinco anos, além de servidões de passagem que são amortizadas pela expectativa de vida útil, limitada ao período da concessão

### **3.5 Provisões para litígios e passivos contingentes**

Uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

A provisão para custos ou obrigações socioambientais é registrada à medida que são assumidas as obrigações formais com os órgãos reguladores ou a Administração tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados.

Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado. No momento do início das operações dos empreendimentos, todos os custos incluídos na Licença de Operação, cujos programas serão executados durante a concessão e o respectivo desembolso ainda não ocorreu, são mensurados e ajustados a valor presente de acordo com o fluxo de caixa estimado de desembolsos e registrados como provisões socioambientais em contrapartida ao ativo relacionado ao empreendimento, sendo ajustados periodicamente.

Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridas com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento serão analisados de acordo com a sua natureza, e serão registrados diretamente no resultado do exercício.

### **3.6 Reconhecimento da Receita**

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagar a contraprestação quando devida. A receita operacional da Companhia é proveniente principalmente do suprimento de energia elétrica.

A receita proveniente do suprimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Quando as informações não estão disponíveis, a Companhia, por meio de suas áreas técnicas, estima a receita considerando as regras dos contratos, a estimativa de preço e o volume fornecido.

### **3.7 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE**

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto do Preço de liquidação das diferenças - PLD multiplicado pelas sobras de energia declaradas junto a CCEE, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

### **3.8 Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social foram apurados trimestralmente com base no “Lucro Presumido”. O imposto de renda presumido é calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre o percentual de presunção de 8% da receita bruta de venda de energia (produto), acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre, e a contribuição social é calculada mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre o percentual de presunção de 12% da receita bruta de venda de energia (produto).

Além disso, o imposto de renda calculado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para as parcelas dos lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre, e a contribuição social calculada pela alíquota de 9%, também incidem sobre as receitas financeiras auferidas nos resgates de aplicações financeiras, deduzidos os tributos incidentes (Imposto sobre Operações Financeiras - IOF). Sobre a receita financeira provisionada são reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferido.

### **3.9 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2021**

A partir do exercício de 2021 estão vigentes as alterações a seguir, sem impactos nas demonstrações financeiras da Companhia:

- (i) Revisão anual do CPC nº 17/2020 com alteração nos pronunciamentos: CPC 06 (R2) / IFRS 16, CPC 11 / IFRS 4, CPC 38 / IAS 39, CPC 40 (R1) / IFRS 7 e CPC 48 / IFRS 9 em decorrência da definição do termo “Reforma da Taxa de Juros de Referência - Fase 2”;
- (ii) Alteração do CPC 06 (R2) / IFRS 16 - concessões de aluguel relacionadas à Covid-19.

### **3.10 Novas normas que ainda não entraram em vigor**

A partir dos exercícios de 2022 e de 2023 estarão vigentes as alterações nos seguintes pronunciamentos:

- (i) CPC 25 / IAS 37: especificação sobre custos para cumprir contrato oneroso (a partir de 1º.01.2022);
- (ii) CPC 27 / IAS 16: definições sobre recursos antes do uso pretendido (a partir de 1º.01.2022);
- (iii) CPC 15 / IFRS 3: atualização da norma, tendo em vista as modificações da Estrutura Conceitual (a partir de 1º.01.2022);
- (iv) Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018 – 2020: compreendem modificações no CPC 37 / IFRS 1, CPC 48 / IFRS 9, IFRS 16/ CPC 06 e CPC 29 / IAS 41 (a partir de 1º.01.2022);
- (v) CPC 26 / IAS 1: classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (a partir de 1º.01.2023);

- (vi) CPC 50 / IFRS 17: novo pronunciamento para contratos de seguros, em substituição ao CPC 11 / IFRS 4 (a partir de 1º.01.2023);
- (vii) CPC 26 / IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS: alteração nas divulgações de políticas contábeis (a partir de 1º.01.2023);
- (viii) CPC 23 / IAS 8: atualização das definições de estimativas contábeis (a partir de 1º.01.2023);
- (ix) CPC 32 / IAS 12: alterações no tratamento do imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de uma única transação (a partir de 1º.01.2023);
- (x) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes destas alterações de normas.

#### 4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e bancos conta movimento	2.769	335
Aplicações financeiras de liquidez imediata	2.690	16.403
	<b>5.459</b>	<b>16.738</b>

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e são remuneradas a 94,0% da taxa da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

#### 5 Clientes

	31.12.2021	31.12.2020
Contratos bilaterais - Copel Comercialização S.A.	2.140	-
	<b>2.140</b>	<b>-</b>

#### 6 Imobilizado

A Companhia registra no ativo imobilizado os bens utilizados nas instalações administrativas e comerciais para a geração de energia elétrica.

	Saldo em 1º.01.2020	Aquisições	Estudos e Projetos (a)	Saldo em 31.12.2020	Aquisições	Depre- ciação	Transfe- rências	Saldo em 31.12.2021
<b>Em serviço</b>								
Reservatórios, barragens, adutoras	-	-	-	-	-	(2.264)	75.991	73.727
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	(2.227)	85.560	83.333
Edificações	-	-	-	-	-	(1.078)	36.347	35.269
Terrenos	2.215	-	-	2.215	-	(604)	18.074	19.685
	<b>2.215</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.215</b>	<b>-</b>	<b>(6.173)</b>	<b>215.972</b>	<b>212.014</b>
<b>Em curso</b>								
Custo	75.341	105.952	14.791	196.084	22.594	-	(215.972)	2.706
	<b>75.341</b>	<b>105.952</b>	<b>14.791</b>	<b>196.084</b>	<b>22.594</b>	<b>-</b>	<b>(215.972)</b>	<b>2.706</b>
<b>Total</b>	<b>77.556</b>	<b>105.952</b>	<b>14.791</b>	<b>198.299</b>	<b>22.594</b>	<b>(6.173)</b>	<b>-</b>	<b>214.720</b>

(a) Aumento de capital mediante transferência de estudos e projetos que estavam registrado no imobilizado da Copel GeT.

Os ativos do projeto original da usina de PCH Bela Vista são considerados pelo Poder Concedente sem total garantia de indenização do valor residual ao final do prazo da concessão. Essa interpretação está fundamentada na Lei das Concessões nº 8.987/1995 e no Decreto nº 2.003/1996, que regulamentam a produção de energia elétrica por produtor independente. Dessa forma, a partir da entrada em operação desses ativos, a depreciação é realizada pela maior taxa entre aquela determinada pela vida útil do ativo ou a taxa calculada com base no prazo de concessão.

Conforme previsto nos contratos de concessão, os investimentos posteriores e não previstos no projeto original, desde que aprovados pelo Poder Concedente e ainda não amortizados, serão indenizados ao final do prazo das concessões e depreciados com as taxas estabelecidas pela vida útil do ativo, a partir da entrada em operação.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade de ativos em 2021 e em 2020.

### Taxas médias de Depreciação

Taxas médias de depreciação (%)	31.12.2021
<b>Geração</b>	
Equipamento geral	6,25
Máquinas e equipamentos	5,18
Geradores	5,13
Reservatórios, barragens e adutoras	5,11
Turbina hidráulica	5,14

## 7 Intangível

### 7.1 Mutação do intangível

	em serviço	em curso	Total
<b>Em 1<sup>o</sup>.01.2020</b>	-	<b>45</b>	<b>45</b>
Aquisi�es	-	5.430	5.430
Capitaliza�es para intangível em serviço	45	(45)	-
Quotas de amortiza�o - concessão e autoriza�o	(8)	-	(8)
<b>Em 31.12.2020</b>	<b>37</b>	<b>5.430</b>	<b>5.467</b>
Aquisi�es	-	352	352
Capitaliza�es para intangível em serviço	2.547	(2.547)	-
Quotas de amortiza�o - concessão e autoriza�o	(85)	-	(85)
<b>Em 31.12.2021</b>	<b>2.499</b>	<b>3.235</b>	<b>5.734</b>

(a) Taxa anual de amortiza o: 20%.

## 8 Obriga es Sociais e Trabalhistas

	31.12.2021	31.12.2020
Impostos e contribui�es sociais sobre a folha de pagamento	37	18
Provisão por desempenho	90	-
	<b>127</b>	<b>18</b>

## 9 Fornecedores

	31.12.2021	31.12.2020
Energia elétrica	979	-
Materiais e serviços	2.260	8.891
	<b>3.239</b>	<b>8.891</b>

## 10 Outras Obriga es Fiscais

O saldo refere-se principalmente às obriga es junto o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e Impostos sobre serviços - ISS.

## 11 Provisões para Litígios e Passivos Contingentes

A Administra o, com base na avalia o de seus assessores legais, constitui provisões para as a es cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE n  3.5 são atendidos. Os saldos apresentados em 31.12.2021 e de 2020 referem-se às a es judiciais relacionadas às servidões de passagem e a es judiciais de desapropria o e patrimoniais.

Os passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação. Em 31.12.2021 o saldo de passivos contingentes identificados é no valor de R\$ 69. A Companhia não possuía passivos contingentes em 2020.

## 12 Patrimônio Líquido

### 12.1 Capital Social

O capital social da Companhia foi aumentado em R\$ 29.800 mediante capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital recebidos em 2020 e 2021.

O capital social integralizado em 31.12.2021, no valor de R\$ 223.862 (R\$ 194.062 em 31.12.2020) é composto por 223.823.000 (194.062.000 em 31.12.2020) ações ordinárias, sem valor nominal, pertencentes a Copel Geração e Transmissão S.A.

## 13 Receita Operacional Líquida

	31.12.2021	31.12.2020
Contratos bilaterais - Copel Comercialização S.A.	16.122	-
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	1.107	-
(-) PIS/Pasep e Cofins	(629)	-
	<b>16.600</b>	-

## 14 Custos e Despesas Operacionais

	Custos operacionais	Despesas administrativas	31.12.2021	31.12.2020
Energia elétrica comprada para revenda	(10.064)	-	(10.064)	-
Encargos de uso da rede elétrica	(616)	-	(616)	-
Pessoal e administradores	-	(897)	(897)	(469)
Planos previdenciário e assistencial	-	(16)	(16)	(7)
Material	-	(2)	(2)	-
Serviços de terceiros	-	(1.344)	(1.344)	(84)
Depreciação e amortização	(6.249)	(9)	(6.258)	(8)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	-	(113)	(113)	(46)
	<b>(16.929)</b>	<b>(2.381)</b>	<b>(19.310)</b>	<b>(614)</b>

## 15 Resultado Financeiro

	31.12.2021	31.12.2020
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	137	524
Outras receitas financeiras	5	-
	<b>142</b>	<b>524</b>
<b>(-) Despesas financeiras</b>		
IOF sobre aplicações financeiras	1	8
Outras despesas financeiras	1	2
	<b>2</b>	<b>10</b>
<b>Líquido</b>	<b>140</b>	<b>514</b>

## 16 Imposto de renda e contribuição social

	31.12.2021		31.12.2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional	17.229	17.229	-	-
Alíquota sobre a receita bruta	8%	12%	8%	12%
<b>Base de cálculo</b>	<b>1.378</b>	<b>2.067</b>	-	-
Receita financeira auferida sobre os valores resgatados, liquidas de IOF	174	174	466	466
Ganho de Capital	1	1	-	-
<b>(=) Base de cálculo</b>	<b>1.553</b>	<b>2.242</b>	<b>466</b>	<b>466</b>
Aliquotas vigentes	15%	9%	15%	9%
Adicional	10%	-	10%	
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>364</b>	<b>202</b>	<b>92</b>	<b>42</b>
Receita financeira provisionada	(32)	(32)	(50)	(50)
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos</b>	<b>(8)</b>	<b>(3)</b>	<b>(12)</b>	<b>(5)</b>

## 17 Instrumentos Financeiros

### 17.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2021		31.12.2020	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos Financeiros</b>						
<b>Valor justo por meio do resultado</b>						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	5.459	5.459	16.738	16.738
			<b>5.459</b>	<b>5.459</b>	<b>16.738</b>	<b>16.738</b>
<b>Custo amortizado</b>						
Clientes (a)	5	1	2.140	2.140	-	-
<b>Total dos ativos financeiros</b>			<b>7.599</b>	<b>7.599</b>	<b>16.738</b>	<b>16.738</b>
<b>Passivos Financeiros</b>						
<b>Custo amortizado</b>						
Fornecedores (a)	9		3.239	3.239	8.891	8.891
<b>Total dos passivos financeiros</b>			<b>3.239</b>	<b>3.239</b>	<b>8.891</b>	<b>8.891</b>

Nível 1 de hierarquia de valor justo: informações obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

#### Apuração dos valores justos:

a) Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.

### 17.2 Gerenciamento de riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

#### 17.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

A Companhia administra o risco de crédito sobre seus ativos financeiros considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.

#### 17.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

### 17.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

## 18 Transações com Partes Relacionadas

Parte Relacionada / Natureza da operação	Ativo		Passivo		Receita		Custo / Despesa	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
<b>Controladora - Copel GeT</b>								
Dividendos	-	-	51	51	-	-	-	-
Energia elétrica para revenda	-	-	-	-	-	-	(1.118)	-
Compartilhamento de estrutura	-	-	86	76	-	-	-	-
Serviços de engenharia	-	-	-	265	-	-	-	-
Serviços de operação e manutenção	-	-	186	-	-	-	(1.239)	-
<b>Entidade sob controle em comum</b>								
<b>Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.</b>								
Compartilhamento de estrutura	-	-	15	32	-	-	-	-
<b>Copel Distribuição S.A. (Copel Dis)</b>								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(616)	-
<b>Copel Comercialização S.A.</b>								
Suprimento de energia elétrica	2.141	-	-	-	16.122	-	-	-
<b>Pessoal chave da administração</b>								
Honorários e encargos sociais	-	-	-	-	-	-	(484)	(340)

As transações relevantes com partes relacionadas estão demonstradas acima. As transações decorrentes das operações em ambiente regulado são faturadas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores e as demais transações são registradas de acordo com termos e condições acordadas entre as partes, com os preços de mercado praticados pela Companhia.

A Companhia não possui planos de benefícios de longo prazo para os Administradores.

## 19 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Riscos Operacionais	30.11.2022	170.957
Seguro D&O	28.03.2023	139.513
Garantia Fiel Cumprimento	14.05.2022	9.101

O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2021, de R\$ 5,5805. Os seguros de garantia contratados possuem como avalista a Companhia Paranaense de Energia - Copel.

## **20 Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa**

### **20.1 Transações que não envolvem caixa**

Conforme a NE nº 5.1, as aquisições de imobilizado ocorridas em 2021 totalizaram R\$ 22.594. Deste montante, R\$ 491 correspondem ao conjunto de compras efetuadas a prazo e ainda não quitadas até o final do exercício.

As citadas transações não envolveram caixa, motivo pelo qual não estão apresentadas na demonstração dos fluxos de caixa.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da  
Bela Vista Geração de Energia S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Bela Vista Geração de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bela Vista Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfases**

#### *Assuntos relacionados à COVID-19*

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, na qual a Companhia descreve os efeitos e potenciais efeitos da COVID-19 em suas operações, bem como as ações planejadas e as ações tomadas até o momento. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

#### *Transações significativas com partes relacionadas*

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 18 às demonstrações financeiras, relativa a saldos e transações com partes relacionadas. A Companhia realiza transações com partes relacionadas em montantes significativos e condições específicas definidas entre as partes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

## **Outros assuntos**

### *Auditoria das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020*

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório datado de 5 de abril de 2021 com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

## **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 8 de abril de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

Jonas Dal Ponte  
Contador  
CRC nº RS 058908/O-1

**PARECER DO CONSELHO FISCAL  
SOBRE O RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO E AS DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2021 E OS ESCLARECIMENTOS  
DA DIRETORIA EXECUTIVA À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Os membros do Conselho Fiscal da Bela Vista Geração de Energia S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório Anual e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31.12.2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas e os esclarecimentos da Diretoria Executiva à Assembleia Geral Ordinária. As minutas foram recebidas e analisadas individualmente pelos Conselheiros e discutidas com a administração previamente. Com base nos trabalhos e discussões desenvolvidos ao longo do exercício, nas análises e entrevistas efetuadas, nos acompanhamentos e esclarecimentos prestados pela Administração e pela Auditoria Independente sobre os controles internos, e considerando ainda o Relatório do Auditor Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, emitido sem ressalvas, os conselheiros fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não esteja refletido nas referidas Demonstrações Financeiras e opinam que as referidas Demonstrações estão em condições de ser encaminhadas à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 08 de abril de 2022

**ROBERTO MARCHIORO JUNIOR**  
Presidente

**KLEBERSON LUIZ DA SILVA**

**LUIZ HENRIQUE DE MELLO**

**WALTER GUANDALINI JUNIOR**



Estas demonstrações financeiras  
estão publicadas no site da Copel.  
Utilize a câmera do seu smartphone  
para ler o código ao lado.

